2.2 — Decidir sobre as situações em que possam surgir dúvidas quanto ao valor e autenticidade de remunerações declaradas em nome de beneficiários relativamente a períodos devidamente definidos.

As competências ora delegadas são insusceptíveis de subdelegação.

A presente delegação de competências é de aplicação imediata, ficando já ratificados os actos praticados no âmbito das matérias por ela abrangidos, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

20 de Abril de 2005. — A Directora, *Maria Emília Freire*.

Despacho n.º 10 398/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Ao abrigo do disposto nos artigos 36.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me são conferidos pelo n.º 2 do artigo 25.º e pelo n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, e dos que me foram delegados pelo conselho directivo do Instituto de Solidariedade e Segurança Social através da deliberação n.º 1742/2002, de 24 de Outubro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 298, de 26 de Dezembro de 2002, delego sem prejuízo do poder de avocação na directora do Núcleo de Prestações, Mariana Teresa Guedelha Gonçalves, nomeada em regime de substituição, competências genéricas para:

1.1 — Assinar correspondência oficial da sua área de intervenção, com excepção da que for dirigida aos gabinetes ministeriais, secretarias de Estado, institutos públicos e direcções-gerais;

1.2 — Autorizar a emissão de telecópias e fax, com a excepção prevista no n.º 1.1;

1.3 — Autorizar o pagamento de ajudas de custo e reembolso de despesas de transporte a que haja lugar, relativamente a deslocações em serviço, desde que previamente autorizadas pela directora do Centro Distrital, nos termos constantes da deliberação n.º 2/2003, de 2 de Janeiro, do conselho directivo;

1.4 — Autorizar a mobilidade do pessoal dentro da respectiva área funcional;

1.5 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as do ano seguinte, dentro dos limites legais, do pessoal sob sua dependência;

1.6 — Autorizar o gozo de férias anteriores à aprovação do plano anual e o gozo de férias interpoladas do pessoal afecto à sua área funcional.

2 — Competências específicas:

2.1 — Decidir sobre as situações dos pedidos apresentados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 40/89, de 1 de Fevereiro (seguro social voluntário);

2.2 — Despachar pedidos de restituição de prestações nos termos dos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 133/88, de 20 de Abril.

As competências ora delegadas são insusceptíveis de subdelegação. A presente delegação de competências é de aplicação imediata, ficando já ratificados os actos praticados no âmbito das matérias por ela abrangidos, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

20 de Abril de 2005. — A Directora, *Maria Emília Freire*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro

Despacho n.º 10 399/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me são delegados pela directora da Unidade de Previdência e Apoio à Família através do despacho n.º 7338/2003 (2.ª série), de 25 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 15 de Abril de 2003, subdelego, sem faculdade de subdelegação, no assistente administrativo João Manuel Aleixo Barradinhas, afecto à Equipa Desemprego, as seguintes competências:

- 1) Assinar correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente da respectiva Equipa;
- 2) Emitir certidões e declarações relativas ao funcionamento dos serviços.

15 de Março de 2005. — A Directora do Núcleo de Desemprego, Prestações Diferidas e Histórico de Remunerações, *Gracinda da Purificação Videira*.

Despacho n.º 10 400/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram delegados pela directora da unidade de Previdência e Apoio à Família através do despacho n.º 7338/2003 (2.ª série), de 25 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 15 de Abril de 2003, subdelego, sem faculdade de subdelegação, na assistente

administrativa principal, Paula Alexandra Araújo Carlota Madeira, afecto à Equipa de Prestações Diferidas, as seguintes competências:

- 1) Assinar correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente da respectiva Equipa;
- 2) Emitir certidões e declarações relativas ao funcionamento dos serviços.

5 de Abril de 2005. — A Directora do Núcleo de Desemprego, Prestações Diferidas e Histórico de Remunerações, *Gracinda da Purificação Videira*.

Despacho n.º 10 401/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da autorização que me foi concedida pelo despacho n.º 7338/2003 (2.ª série), da directora da Unidade de Previdência e Apoio à Família, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 15 de Abril de 2003, subdelego na assistente administrativa principal Maria dos Anjos Silva Ramos Coelho Sequeira Cuiça:

- Emitir certidões e declarações relativas ao funcionamento dos serviços;
- Assinar, com faculdade de subdelegação, correspondência relacionada com assuntos de natureza correntes dos respectivos núcleos;
- Decidir sobre os pedidos de insuficiência económica, reavaliação e faltas a exame médico dos beneficiários, bem como dos médicos seus representantes.

Nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados no âmbito da presente subdelegação desde 1 de Agosto de 2004.

15 de Abril de 2005. — A Directora do Serviço de Verificação de Incapacidades, *Ana Cristina Gonçalves Leal Antunes*.

Despacho n.º 10 402/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da autorização que me foi concedida pelo despacho n.º 3521/2002 (2.ª série), da directora da Unidade de Previdência e Apoio à Família, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 15 de Fevereiro de 2002, subdelego na assistente administrativa principal Andreia Isabel Martins dos Santos a competência para:

- Emitir certidões e declarações relativas ao funcionamento dos serviços;
- Assinar, com faculdade de subdelegação, correspondência relacionada com assuntos de natureza correntes dos respectivos núcleos;
- Decidir sobre os pedidos de insuficiência económica, reavaliação e faltas a exame médico dos beneficiários, bem como dos médicos seus representantes.

Nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados no âmbito da presente subdelegação desde 9 de Abril de 2005.

15 de Abril de 2005. — A Directora do Serviço de Verificação de Incapacidades, *Ana Cristina Gonçalves Leal Antunes*.

Despacho n.º 10 403/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da autorização que me foi concedida pelo despacho n.º 7338/2003 (2.ª série), da directora da Unidade de Previdência e Apoio à Família, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 15 de Abril de 2003, subdelego na assistente administrativa especialista Maria dos Santos Caçado Mateus Cristino a competência para:

- Assinar, com faculdade de subdelegação, correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente dos respectivos núcleos;
- Emitir certidões e declarações relativas ao funcionamento dos serviços.

Nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados no âmbito da presente subdelegação desde 1 de Agosto de 2004.

15 de Abril de 2005. — A Directora do Serviço de Verificação de Incapacidades, *Ana Cristina Gonçalves Leal Antunes*.